



APÊNDICE — A SALMODIA EXCLUSIVA E A CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER¹

A expressão cântico de Salmos na Confissão de Fé de Westminster se refere ao **“saltério canônico”**; ou, é um termo genérico que inclui composições humanas não inspiradas? Na Confissão de Fé², nós lemos a respeito do culto religioso: — **“A leitura das Escrituras com temor divino; a sã pregação, e a consciente atenção à palavra, em obediência a Deus, com entendimento, fé, e reverência; o cântico de salmos com graça no coração; bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo; são todas partes do culto comum oferecido a Deus”**.

De acordo com a confissão, o que é que os cristãos devem cantar durante o culto comum oferecido a Deus? Eles devem cantar Salmos. A pergunta que sempre surge quanto a essa seção da confissão é: — **“o termo salmos refere-se ao Livro dos Salmos, canções religiosas em geral, inclusive hinos criados pelos homens, ou a todos os cânticos inspirados da Escritura?”**. Os defensores do culto neopresbiteriano gostam de apontar o fato de que a palavra “salmos” não possui inicial maiúscula, como se isso provasse que ela é usada num sentido um tanto vago e genérico. O problema desse argumento é o simples fato de que os autores dos Padrões de Westminster apenas usavam a inicial maiúscula com a palavra salmos quando era utilizada como o título de todo o livro. Observe a seguinte citação do Diretório para o Culto Público a Deus: — **“Também recomendamos a leitura mais frequente dessa Escritura, de modo que aquele que a lê deve decidir o que é melhor para a edificação de seus ouvintes, como por exemplo, o livro dos Salmos e semelhantes. Quando o ministro que estiver lendo julgar necessário expor**

¹ SCHWERTLEY, Brian, *Salmodia Exclusiva: uma defesa bíblica*, p. 56 – 62.

² XXI:V.





alguma parte daquilo que é lido, que não seja feito até que se conclua [a leitura] de todo o capítulo ou salmo [...]. Após a leitura da palavra (e o cântico do salmo), o ministro que irá pregar [...]. É dever dos cristãos louvar a Deus publicamente, com o cântico de salmos em conjunto com a congregação, e também particularmente em família. Ao cantar salmos, a voz deve ser harmônica e solenemente impostada; mas a preocupação maior deve ser cantar com entendimento e com graça no coração, louvando ao Senhor. Para que toda a congregação possa participar conjuntamente, todo aquele que sabe ler deve ter um livro de salmos; e todos os demais, não impedidos pela idade ou por outro motivo, devem ser exortados a aprenderem a ler. Mas presentemente, quando muitos na congregação não sabem ler, é conveniente que o ministro, ou outra pessoa apropriadamente indicada por ele ou outro oficial regente, leia o salmo, linha após linha, antes do seu cântico”³.

A citação acima prova que a palavra salmo ou salmos não se refere a cânticos de louvor de um modo geral, inspirados ou não, mas ao **“Livro dos Salmos”** em particular. Um exame adicional às **“Atas da Assembléia de Westminster”** [Minutes of the Westminster Assembly] prova que o único livro de cânticos aprovado pela assembléia para o culto público era a versão do Livro de Salmos do Sr. Rouse. O Sr. Reynolds fez um relatório quanto a uma resposta aos Lordes sobre os Salmos do Sr. Barton. Ela foi lida e debatida [...]. Esta [é] a resposta à Câmara dos Comuns.

“O Sr. Reynolds fez um relatório quanto a uma resposta aos Lordes sobre os Salmos do Sr. Barton. Ela foi lida e debatida [...]. Esta [é] a resposta à Câmara dos Comuns. À ordem — Considerando que a Nobre Câmara dos

³ Westminster Confession of Faith, 376, 393.





Comuns havendo, por ordem datada de 20 de novembro de 1643, apresentado os Salmos organizados pelo Sr. Rouse à consideração da Assembléia de Teólogos, esta Assembléia fê-los serem cuidadosamente analisados, e como estão agora modificados e corrigidos, os tem aprovado de fato, e humildemente considera que é útil e proveitoso para a Igreja que sejam autorizadas para o canto público. [1] – À ordem — Que a comissão que analisou cuidadosamente os Salmos deve levar esta [resposta] à Nobre Câmara dos Comuns. [E que] Dr. Temple, Dr. Smith, Dr. Wincop levem a resposta à Câmara dos Lordes”⁴.

Uma nota de rodapé nos informa qual foi a resposta da Câmara dos Lordes.

[1] – A Câmara resolveu em conclusão **“que este Livro de Salmos organizado pelo Sr. Rouse, e cuidadosamente analisado pela Assembléia de Teólogos, seja imediatamente impresso”** — Journals of House of Commons [Diários da Câmara dos Comuns], volume IV, p. 342⁵.

Os únicos debates que ocorreram na Assembléia de Westminster referentes ao cântico de louvor foram sobre se outras traduções do Livro dos Salmos deveriam ou não ser cantadas nas Igrejas. A Assembléia somente autorizou a versão de Rouse porque **“ajustava-se exatamente ao texto original”** e por causa da uniformidade e da edificação.

“A Comissão elaborou uma resposta a Câmara dos Lordes sobre os Salmos do Sr. Barton. Ela foi lida e

⁴ Alex F. Mitchell e John Struthers, eds., Minutes of the Sessions of the Westminster Assembly of Divines While Engaged in Preparing Their Directory of Church Government, Confession of Faith, and Catechisms — November 1644 to March 1649 — from Transcripts of the Originals Procured by a Committee of General Assembly of the Church of Scotland, Edmonton, AB, Canada: Still Waters Revival Books, 1991 [1874], 163.

⁵ Ibid..





posta em discussão. Resolve sobre a questão. Que seja transcrita e enviada aos Lordes como a resposta da Assembléia à sua ordem. O Sr. Carter Jr. registra seu dissentimento ao voto de enviar esta resposta aos Lordes. [1] – Esta resposta não foi inserida nas Atas, mas foi preservada nos Diários da Câmara dos Comuns, como segue: — À EXCELENTÍSSIMA CÂMARA DOS LORDES REUNIDA NO PARLAMENTO. Esta Assembléia de Teólogos recebeu, em 9 de abril desta Nobre Câmara uma Notificação datada de 20 de março de 1646 — para lhes responder formalmente por que não se deve autorizar nas Igrejas, e aos que desejarem, o uso e o cântico da tradução dos Salmos do Sr. Barton, bem como de qualquer outra tradução — à qual respeitosamente responde o seguinte: — Considerando que em 14 de novembro de 1645, em obediência a uma ordem dessa Nobre Câmara referente aos Salmos do sobredito Sr. Barton, já havíamos lhes recomendado uma tradução dos Salmos em versos produzida pelo Sr. Rouse, e detidamente analisada e corrigida pelos mesmos doutos cavalheiros; a Comissão da Assembléia entendendo que [esta] seria muito útil à edificação da Igreja por ajustar-se tão exatamente ao texto original, e considerando que já existem diversas outras traduções dos Salmos; entendeu despretensiosamente que se fosse concedida às pessoas a liberdade de cantar na Igreja cada uma das traduções que desejassem, pois, de fato, diversas traduções poderiam vir a ser utilizadas ao mesmo tempo em uma única congregação, isso poderia vir a ser uma grande desordem e obstáculo à edificação — Diários da Câmara dos Comuns, volume VIII, p. 283, 284”⁶.

O último debate relativo ao uso ou não da tradução dos Salmos do Sr. Barton (ou de qualquer outra versão exceto a

⁶ Ibid., 221 – 222.





de Rouse) ocorreu na manhã da quarta-feira de 22 de abril de 1646⁷. Conforme se observa na citação acima, ficou resolvido que seria permitida nas Igrejas somente a versão do Sr. Rouse. Apenas seis meses depois, na manhã da sexta-feira de 30 de outubro de 1646, o capítulo XXI, **“Do Culto Religioso”**, foi votado e aprovado pela Assembléia⁸. A idéia (que é muito comum hoje) de que a palavra “salmos” no capítulo relativo ao culto religioso inclui hinos não–inspirados é claramente falsa. Será que os puritanos e presbiterianos, na sua insistência quanto ao cântico exclusivo de salmos, extrapolaram os Padrões de Westminster, conforme afirma Frame? Não, absolutamente não! **“Se os neopresbiterianos quiserem incluir hinos e corinhos de acampamento em seus atos de culto, os seus concílios apóstatas certamente o aprovarão”**. Eles, entretanto, deveriam ser abertos e honestos em admitir que, nesse assunto, são anticonfessionais. Em sua Exposição da Confissão de Fé (1845) Robert Shaw ensina que **“o cântico de salmos”** na Confissão de Fé significa salmos bíblicos.

“O cântico de salmos. Isso foi ordenado, no Antigo Testamento, como uma das partes do culto ordinário a Deus, e é diferenciado do culto cerimonial (Salmos 69:30, 31). Não foi revogado no Novo Testamento, antes pelo contrário, foi confirmado (Efésios 5:19; Colossenses 3:16). É sancionado pelo exemplo de Cristo e seus apóstolos (Mateus 26:30; Atos 16:25). Os salmos de Davi foram, segundo o propósito de Deus, criados especialmente para o uso da Igreja no exercício do público louvor, na dispensação anterior, e são igualmente apropriados ao uso da Igreja na presente dispensação. Embora os apóstolos insistam na abolição das práticas rituais, eles jamais insinuam que os salmos de Davi não sejam apropriados para o culto evangélico; se tivessem a intenção de excluí-los da era do Novo

⁷ Ibid., 221.

⁸ Ibid., 298.





Testamento, é de se imaginar que um outro saltério fosse providenciado em seu lugar. No Livro dos Salmos há várias passagens que parecem indicar que o Espírito tencionava que fossem utilizados pela Igreja em todas as épocas. Diz Davi: — “Exaltar-te-ei, ó Deus meu e Rei; bendirei o teu nome para todo o sempre” (Salmos 145:1)”⁹.

Esta questão não está apenas clara no ensinamento da Confissão de Fé e do Diretório do Culto Público, mas é fato histórico que os presbiterianos da Escócia, Irlanda e América do Norte adotavam “**Cântico Exclusivo de Salmos**” até a última parte do século dezoito. O que é particularmente interessante, ao considerarmos o abandono do cântico exclusivo do saltério pelas maiores denominações presbiterianas no século dezoito, é que ela não foi posta de lado como o resultado de um minucioso estudo e contestação da parte de pastores, doutores e teólogos. O afastamento de diversas denominações presbiterianas do Cântico Exclusivo dos Salmos (isto é, do culto bíblico) deveu-se basicamente a três razões.

[1] – Diversas Igrejas presbiterianas perderam o entendimento bíblico do Princípio Regulador do Culto e por isso só o aplicavam ao ato de culto público. Reuniões “particulares”, culto familiar e particular eram consideradas

⁹ Robert Shaw, *An Exposition of the Confession of Faith*, Edmonton, AB, Canada: Still Waters Revival Books, 1845, 224, 225. O pastor presbiteriano ortodoxo G. I. Williamson concorda: — “Um outro elemento do culto verdadeiro é “o cântico de salmos, com gratidão no coração”. Será observado que a confissão não reconhece a legitimidade do uso de hinos modernos no culto a Deus, mas apenas os Salmos do Antigo Testamento. De modo geral não se compreende hoje que as Igrejas Presbiterianas e Reformadas usavam originalmente apenas os Salmos inspirados, hinos, e cânticos do Saltério Bíblico no culto divino, mas este é o caso. A Assembléia de Westminster não apenas expressou a convicção de que apenas os Salmos deveriam ser cantados no culto divino, mas a colocou em prática ao preparar uma versão metrificada do saltério para ser usada nas Igrejas. Este não é o lugar para tecer considerações sobre esta questão, mas devemos lembrar a nossa convicção de que a confissão está correta nesse ponto. Cremos que ela está certa porque jamais ficou provado que Deus ordenou à sua Igreja que cantasse as composições não–inspiradas em vez de, ou juntamente com os cânticos inspirados, hinos e salmos do saltério no culto divino” (*The Confession of Faith for Study Classes*, Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1964, 167).





áreas da vida que estavam fora alcance do rígido parâmetro da aprovação divina. Praticamente todas as inovações dos séculos dezoito e dezenove penetraram nas Igrejas através de práticas que foram arbitrariamente colocadas para fora da “**Sola Scriptura**”¹⁰ (por exemplo, Culto Familiar, Escola Dominical, reuniões de avivamento, etc.).

[2] – Muitos presbiterianos foram influenciados pelo sentimentalismo do reavivamento pietista que varreu as colônias durante o século dezoito. Ao longo desse período várias famílias e pastores começaram a usar a “**Imitação dos Salmos de Davi**”¹¹ de Isaac Watts, em lugar do saltério (1650) cuidadosamente traduzido e empregado pelos presbiterianos daqueles dias. A versão dos salmos de Watts era um afastamento radical do Cântico Exclusivo de Salmos, sendo muito mais que uma paráfrase dos Salmos. Em muitas ocorrências equivalia a hinos não–inspirados vagamente baseado nos Salmos. Não se deve esquecer jamais que Isaac Watts, no prefácio de seu “**Hinos e Canções Espirituais**”¹², admitia abertamente que considerava os Salmos de Davi como falhos, “**contrários ao Evangelho**” e capazes de fazer os crentes “**falarem falsamente a Deus**”. A versão dos Salmos de Watts foi aceita por muitas famílias e diversos ministros, e foi uma pedra de passagem para a clamorosa hinologia do hinário de Watts.

[3] – As inovações do século dezoito não teriam se enraizado se os presbitérios das colônias tivessem feito seu trabalho e disciplinado os ministros que haviam corrompido o culto a Deus e se apartado da Escritura e dos Padrões de Westminster. Havia uma certa indisposição em fazer da pureza do culto uma questão de disciplina. Ocorreram várias disputas a respeito da versão de Watts de 1752 até 1780. O

¹⁰ “Somente a Escritura”.

¹¹ Psalms of David Imitated, 1719.

¹² Hymns and Spiritual Songs, 1707.





resultado, entretanto, era sempre o mesmo. O presbitério ou sínodo envolvido recusava tomar atitudes decisivas, permitindo, dessa forma, que as imitações de Watts permanecessem. Como resultado, os que não desejavam se contaminar separaram-se em grupos presbiterianos bíblicos menores. O declínio foi codificado em 1788 quando se adotou um novo diretório para o culto que modificava a declaração de **“cântico de salmos”** do diretório de 1644 para **“por cântico de salmos e hinos”**. Michael Bushell nos chama a atenção para que aprendamos com os erros e os pecados da PCUSA (Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América). Ele escreve: — **“Debaixo das influências pietistas e humanistas que integravam e acompanhavam o Grande Despertamento, a Igreja presbiteriana americana chegou, por fim, à conclusão de que a paz da Igreja seria melhor alcançada se se permitisse uma considerável diversidade nas práticas de culto das Igrejas sob o seu cuidado. A prática de culto da Igreja presbiteriana foi, com efeito, desatrelada dos laços da Escritura e deixada à vontade para seguir o seu próprio rumo. Foi essa situação, mais que qualquer outra, que conduziu a Igreja presbiteriana finalmente à apostasia modernista. Se uma Igreja não mantiver o seu culto puro e bíblico, se não preservar zelosamente pela sua prática, quando o seu povo se apresenta diante de Deus em louvor e adoração conscientes, então não se deve esperar que ela preserve por muito tempo a sua pureza doutrinária. Não é de causar o menor espanto que os homens tenham tão pouco respeito intelectual pelas Escrituras, quando, dia após dia, desprezam os seus claros mandamentos quanto à maneira que o seu Autor deve ser adorado. O culto da Igreja presbiteriana nesse país é determinado agora pelos ditames das conveniências, e não pelas demandas das Escrituras, e, nesse campo, não há basicamente qualquer diferença entre as Igrejas**





Liberais e as Evangélicas, não pelo menos quanto à forma exterior. Aos nossos irmãos das várias comunhões reformadas que discordam disso, gostaríamos de fazer esta simples pergunta: — “Se o Princípio Regulador não fosse ensinado na Escritura que diferença ele faria no seu culto?”. A resposta, na maior parte dos casos, seria, “muito pouco”. Também perguntaríamos a esses nossos irmãos se têm procurado aplicar conscientemente o Princípio Regulador à sua prática de culto. Desconfiamos que a maioria das pessoas em nossas Igrejas reformadas jamais ouviram falar do princípio regulador, e muito menos em procurar aplica-lo. As nossas Igrejas reformadas herdaram um padrão de pensamento que encoraja virtualmente qualquer prática de culto desde que não ofenda as pessoas erradas. Estas são palavras ásperas, mas estamos totalmente convictos de que são exatas”¹³.

Se as “**conservadoras**” Igrejas Presbiterianas de hoje que crêem na Bíblia pensam estar sendo fiéis a seus próprios padrões, elas devem primeiro retornar a uma interpretação e aplicação estritas do Princípio Regulador do Culto. Uma tal interpretação fará as Igrejas Reformadas retornarem ao Livro de Cânticos inspirado por Deus — os Salmos.

Paz e graça.

Pr. Me. Plínio Sousa¹⁴.

¹³ Michael Bushell, *The Songs of Zion*, 210 – 211. Para uma discussão mais completa sobre o abandono da Salmodia Exclusiva pela PCUSA, vide Bushell, 198 – 212. O abandono do Cântico Exclusivo de Salmos por outras denominações presbiterianas e pelas Igrejas reformadas holandesas é discutido nas páginas 212 – 220. Para o aprofundamento da leitura sobre a PCUSA e os salmos de Watts, vide Charles Hodge, *The Constitutional History of the Presbyterian Church in the United States of America*, Philadelphia: Presbyterian Board of Publications, parte 2, 244 – 306 — Reimpresso em 1980 por The American Presbyterian Press, 1459 Boston Neck Road, Saunderstown, RI 02874.

¹⁴ Nota: — revisor e significações.

